

Governo espera que não haja alterações

BRASÍLIA — A expectativa dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento é de aprovarem o Orçamento Geral da União para 1989 dentro das atuais normas constitucionais, que não permitem ao Legislativo introduzir modificações na proposta orçamentária. Desta forma, se o Presidente José Sarney aprovar a proposta da área econômica, ela terá execução garantida.

Mesmo que a nova Constituição já esteja aprovada, durante a tramitação da Lei do Orçamento no Congresso, a proposta para 1989 deve ser submetida às regras atuais, no entender dos assessores jurídicos do Governo. Isso porque a futura Constituição exige uma série de etapas e prazos na elaboração e análise do orçamento, que não foram obedecidos neste caso. O Executivo teria que fazer uma Lei de Diretrizes Orçamentárias, oito meses antes do prazo final para aprovação do orçamento. Como essa exigência não foi obedeci-

da, nem daria tempo para atendê-la, é provável que o Legislativo observará a atual Constituição.

Além deste raciocínio, a nova Constituição é explícita no que se refere ao orçamento para 1988, mas omisso em relação a 1989. As disposições transitórias estabelecem que a Lei de Excessos para o último trimestre de 1988 (necessária para fechar o orçamento deste ano) será submetida às novas prerrogativas que a Constituição dará ao Legislativo: de estudar e se preciso, alterar a lei do orçamento.

● COMISSÃO — Embora se tenha como certa sua eleição para a Presidência da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional amanhã, o Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), amigo pessoal do Presidente José Sarney, prefere não comentar a proposta de Orçamento Geral da União elaborada pela área econômica do Governo, dizendo que somente falará sobre ela depois da primeira reunião. Com mandato de um ano, ela terá poderes para propor alterações na distribuição dos recursos desejada pelo Governo.